

A PÓS-GRADUAÇÃO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ANÁLISE DO PERÍODO PÓS-CONSTITUIÇÃO DE 1988

Geomara Balsanello ¹

Joviles Vitório Trevisol ²

O Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) tem se destacado internacionalmente pelo seu reconhecido padrão de qualidade e pela sua significativa expansão. Além da formação de novos mestres e doutores, responde pela maior parte das pesquisas desenvolvidas, colocando o país na 13ª posição no ranking de produção científica mundial (SEVERINO, 2009; LIEVORE; PICININ; PILATTI, 2017; MARTINS, 2018). Tal reconhecimento é oriundo da seriedade com que as políticas públicas voltadas a pós-graduação tomaram em termos de planejamento e ações direcionadas, o que influenciou, entre outros modos, o seu crescimento ao longo dos anos (SANTOS; AZEVEDO, 2009).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961- LDB (Lei nº 4.024) e o conhecido Parecer Sucupira - Parecer nº 977/CFE/65 podem ser considerados as primeiras iniciativas de regulamentação e promoção da PG. Enquanto que a Lei nº 4.024, em seu Art. 69, apresentou a primeira definição legal do que seria um curso de PG como “cursos abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o curso de graduação e obtido o respectivo diploma” (BRASIL, 1961), o Parecer Sucupira, inspirado no modelo norte-americano, regulamentou o Art. 69 da LDB e, ao fazê-lo, estabeleceu os pilares da PG brasileira, nomeadamente a vocação para a pesquisa e a flexibilidade, além de destacar os aspectos que diferenciam as modalidades *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e *lato sensu* (especialização). De lá para cá, a expansão da PG tem apresentado resultados impressionantes. Enquanto que em

¹ Bacharela em Administração pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFFS, na Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais. E-mail: mara.balsanello@hotmail.com. ORCID 0000-0001-6255-4349.

² Pós-Doutor em Sociologia pela Universidade de Coimbra. Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul. E-mail: joviles.trevisol@uffs.edu.br. ORCID 0000-0001-9873-2688.

Programas organizadores



UNIDESTE
CAMPUS DE
CASCAVEL



PPGE
Programa de Pós-Graduação
em Educação

III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

1965, o país contava com apenas 38 cursos de pós-graduação (27 mestrados e 11 doutorados) (BABACHEVSKI, 2005), atualmente, em setembro de 2020, existem 7.081 cursos de PG (4.575 mestrados e 2.506 doutorados) (CAPES, 2020).

Com a promulgação da Constituição Federal em 1988, ao atribuir, em seu Art. 21, papel privativo à União de legislar sobre as diretrizes e bases da Educação Nacional (BRASIL, 1988), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES) ganha ainda mais centralidade na definição e implantação das políticas de expansão e avaliação no que diz respeito a Pós-graduação do país. Assim, através do Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG), existentes desde 1975, a CAPES busca organizar todo o planejamento estratégico da PG, influenciando decisivamente a expansão em larga escala da pós-graduação no país e a qualidade atingida pelo SNPG (LIEVORE; PICININ; PILATTI, 2017; MARTINS, 2018). Além dos PNPGs, também cabe destaque para a Lei nº 9.394/96 (Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional) como política que estimulou o crescimento acentuado da PG nas últimas décadas.

Tendo isso presente, essa pesquisa se propôs a investigar a expansão da PG no Brasil nos últimos 30 anos (1988 a 2018). Desse modo, considerando o contexto das políticas de expansão do ensino superior, priorizou-se o levantamento, a organização e a análise dos dados de expansão PG brasileira nesse período, nas suas mais diversas dimensões: programas, matrículas, titulações e bolsas ofertadas. A escolha deve-se a distintas razões, entre as quais o fato de, em 2018, o país ter comemorado 30 anos da promulgação da CF de 1988. As três décadas oferecem elementos suficientes para um estudo longitudinal, com vistas a identificar relações, dinâmicas, avanços e desafios. Trata-se de uma pesquisa oportuna e relevante na medida em que permite compreender as dinâmicas de expansão da PG neste espaço-tempo.

Este estudo decorre de uma pesquisa desenvolvida entre agosto de 2019 a setembro de 2020. Além de uma extensa revisão bibliográfica sobre o tema e da pesquisa documental (leis, decretos, resoluções, planos nacionais etc.), foram sistematizados os principais indicadores da expansão da PG no período disponíveis na Plataforma Sucupira, no GeoCapes, nos Planos Nacionais de PG e em relatórios e artigos sobre o tema.

A pesquisa demonstrou, em **primeiro lugar**, que a preocupação com a expansão da PG foi comum em todos os Planos Nacionais de Pós-Graduação. Quando a CF foi promulgada, estava em vigência o III PNPG (1986 a 1989), plano que juntamente aos outros dois primeiros,

Programas organizadores



UNIDESTE
CAMPUS DE
CASCAVEL

PPGE
Programa de
Pós-Graduação
em Educação



Mestrado
em Educação
UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ

UNOCHAPECÓ



PPGE
Programa de Pós-Graduação
em Educação

III SENPE

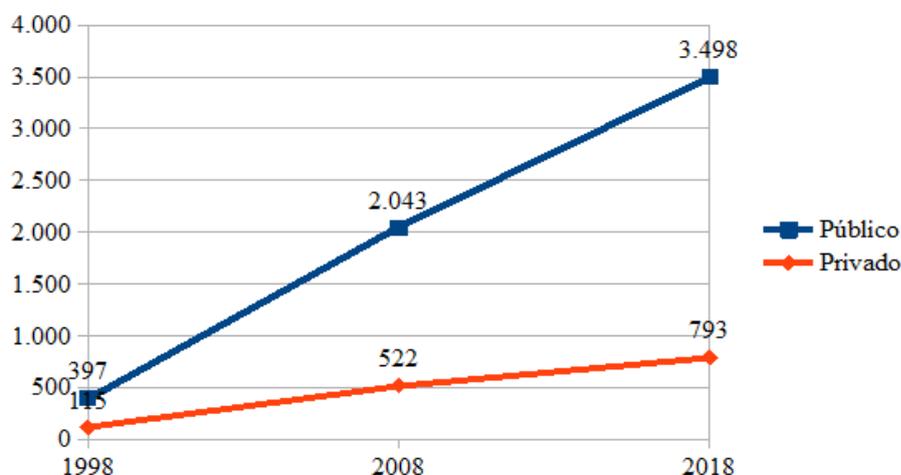
SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

tinha uma preocupação voltada à expansão do sistema, a fim de propiciar a formação de recursos humanos qualificados (CAPES, 1986). Já o IV PNPG (1990-2004), o V PNPG (2005-2010) e o ainda vigente VI PNPG (2011- 2020), apresentaram, além do foco na expansão do sistema, a preocupação com o aperfeiçoamento constante do modelo de avaliação, com a redução das assimetrias regionais e com a inserção internacional do SNPG (CAPES, 2011).

Em **segundo lugar**, a Lei nº 9.394/96 (Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional) teve um destacado papel na expansão da PG na medida em que estabeleceu as exigências mínimas para a docência na educação superior. O Art. 52, em particular, determinou que as universidades devem ter “um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado” (BRASIL, 1996).

Tendo em vista as políticas implementadas a partir de 1988 observa-se, em **terceiro lugar**, um crescimento significativo dos números de programas de PG ofertados. A expansão foi equivalente a mais de três vezes o número dos programas entre 1998 a 2018, passando de 1.259 para 4.291 (CAPES, 2020). O setor público é o principal responsável pelo crescimento da PG no Brasil, especialmente as esferas federal e estadual, mas é o setor privado que tem apresentado um crescimento acentuado a partir de 1996, crescimento esse associado a entrada em vigência da Lei 9.394, que estimulou a privatização do ensino superior (BRASIL, 1996; SANTOS; AZEVEDO, 2009).

Gráfico 1 - Expansão dos programas de PG de acordo com sua natureza jurídica (1998-2028)



Fonte: elaborado pelos autores (2020) com base em dado extraídos da Plataforma Sucupira – Capes (2020).

Programas organizadores



UNIDESTE
CAMPUS DE
CASCAVEL



PPGE_d
Programa de Pós-Graduação
em Educação

III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Assim, de acordo com informações extraídas da Plataforma Sucupira (CAPES, 2020), enquanto entre 1998 e 2018 a taxa de expansão do setor público correspondeu a 205%, a taxa de crescimento dos programas privados foi de 589% (em 1998, eram 115 programas, para um total de 1.259; em 2018, já atingiam 793, para um total de 4.291).

Em **quarto lugar**, a pesquisa evidenciou que o aumento da oferta de programas de PG influenciou significativamente no crescimento do número de matrículas e titulações no período.

Tabela 1 – Expansão das matrículas e titulações entre 1988 a 2018 no país

| Ano | Mestrado | | Doutorado | | Mestrado Profissional | | Total matriculados | Total titulados |
|------|------------|------------|------------|------------|-----------------------|------------|--------------------|-----------------|
| | Matrículas | Titulações | Matrículas | Titulações | Matrículas | Titulações | | |
| 1988 | 31.451 | 3.916 | 8.441 | 921 | 0 | 0 | 39.892 | 4.837 |
| 1998 | 49.387 | 12.351 | 26.697 | 3.915 | 0 | 0 | 76.084 | 16.266 |
| 2008 | 88.295 | 33.360 | 52.750 | 10.711 | 9.073 | 2.654 | 150.118 | 46.725 |
| 2018 | 131.607 | 51.610 | 114.867 | 22.894 | 42.064 | 12.822 | 288.590 | 87.333 |

Fonte: elaborada pelos autores (2020) com base em dados extraídos de Capes (2004) e da Plataforma Sucupira – (CAPES, 2020).

Os dados evidenciam uma expressiva expansão nas três últimas décadas. Em 2018, 131.607 mil estudantes estavam matriculados em programas de mestrado no Brasil, outros 114.867 eram alunos de programas de doutorado e 42.064 alunos de cursos de mestrado profissional. No mesmo ano, o país titulou quase 52 mil mestres, mais de 22 mil doutores e quase 13 mil mestres profissionais. Em relação às matrículas nos cursos de PG, enquanto que em 1988 havia um total de 39.892 matriculados, em 2018 esse número saltou para 288.590, um aumento de cerca de 623%. Quanto às titulações, o aumento foi ainda mais expressivo nesse período: cerca de 1.705%, saltando de 4.837 para 87.333 titulados (CAPES, 2020).

Em **quinto lugar**, cabe destacar que o fomento à PG contribuiu de forma decisiva para o acentuado crescimento da PG. Em 1995, a CAPES concedeu 19.425 bolsas de mestrado e doutorado, sendo que em 2018 esse número saltou para 99.083, incluídas nesse quantitativo bolsas destinadas à pós-doutorado (CAPES, 2020).

Programas organizadores



UNIDESTE
CAMPUS DE
CASCAVEL



PPGE
Programa de Pós-Graduação
em Educação

III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Por fim, apesar dos avanços quantitativos, um grande problema da PG ainda persiste: “[...] a distribuição desigual do sistema em termos de distribuição dos cursos entre as regiões” (SANTOS; AZEVEDO, 2009, p. 539). Quando comparados, os dados das regiões apontam que, no ano de 2018, de um total de 4.291 programas de pós-graduação, 44,6% se encontravam na região Sudeste (1.915 programas), 21,6% no Sul (926 programas), 20,1% no Nordeste (863 programas), e somente 8,2% no Centro-Oeste e 5,5% no Norte (CAPES, 2020). Também se percebe um crescimento desigual entre as grandes áreas do conhecimento: enquanto a área Multidisciplinar apresentou um crescimento de cerca de 1.945% entre 1998 a 2018 (passando de 35 para 716 programas) e a área de Ciências Sociais Aplicadas de 455% (passando de 106 para 589 programas), as áreas de Ciências Biológicas e Ciências Exatas e da Terra apresentaram um crescimento de cerca de 134% e 114%, respectivamente (CAPES, 2020).

A título de conclusão pode-se afirmar que as políticas de expansão implementadas a partir da Constituição Federal de 1988, cada uma a seu modo, contribuíram para a expansão e consolidação da PG no país em poucas décadas, firmando-se notoriamente no espaço das universidades públicas. No entanto, apesar da notória expansão da pós-graduação nos últimos 30 anos, o Brasil, além da problemática das assimetrias regionais e entre as grandes áreas do conhecimento, quando comparado com os demais países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento econômico), ainda titula poucos doutores. A média de titulados entre os países membros da OCDE é de 29 doutores para cada 100 mil habitantes, enquanto que no Brasil titula-se 8 doutores para cada 100 mil habitantes (CAPES, 2018).

Palavras-chave: Políticas educacionais. Educação superior. Pós-graduação. Sistema Nacional de Pós-Graduação.

REFERÊNCIAS

BALBACHEVCKI, Elizabeth. A Pós-Graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida. In: BROCK, Colin; SCHWARTZMAN, Simon (ed.). **Os desafios da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005, p. 275-304.

Programas organizadores



UNIDESTE
CAMPUS DE
CASCAVEL



PPGE
Programa de Pós-Graduação
em Educação

III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

BRASIL. **Lei nº4.024, de 20 de dezembro de 1961- LDB 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 nov. 2019.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 jan. 2020.

_____. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 03 dez. 2019.

_____. **Plano Nacional de Pós-Graduação 1986-1989.** Brasília, DF: Capes, 1986. Disponível em: www.capes.gov.br. Acesso em: 06 jun. 2020.

_____. **Plano Nacional de Pós-Graduação 2005-2010.** Brasília, DF: Capes, 2004. Disponível em: www.capes.gov.br. Acesso em: 06 abr. 2020.

_____. **Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020.** Brasília, DF: Capes, 2011. Disponível em: www.capes.gov.br. Acesso em: 06 abr. 2020.

_____. **Egressos da Pós-Graduação: áreas estratégicas.** Relatório técnico, 2018. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/19122018_Cartilha-DAV-Egressos.pdf. Acesso em: 05 jan. 2020.

_____. **Plataforma Sucupira.** 2020. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>. Acesso em: 14 out. 2020

LIEVORE, Caroline; PICININ, Claudia Tania; PILATTI, Luiz Alberto. As áreas do conhecimento na pós-graduação stricto sensu brasileira: crescimento longitudinal entre 1995 e 2014. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.25, n. 94, p. 207-237, jan./mar. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362017000100207&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 05 jan. 2020.

MARTINS, Carlos Benedito. As origens da pós-graduação nacional (1960-1980). **Revista Brasileira de Sociologia**, Belo Horizonte, v. 6, n. 13, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/rbsociologia/index.php/rbs/article/view/374>. Acesso em: 13 nov. 2019.

SANTOS, Ana Lúcia Félix dos; AZEVEDO, Janete Maria Lins de. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. **Revista Brasileira de Educação**, Pernambuco, v. 14,

Programas organizadores



UNIDESTE
CAMPUS DE
CASCAVEL



PPGE
Programa de Pós-Graduação
em Educação

III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

n. 42, set./dez. 2009. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-24782009000300010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)

[24782009000300010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-24782009000300010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 15 jan. 2020.

SEVERINO, A. J. A pós-graduação em educação no Brasil: caminhos percorridos e horizontes a explorar. **Educação e Linguagem**, São Paulo, v. 12, n. 20, p. 273-293, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/view/1007>. Acesso em: 13 set. 2020.

Programas organizadores



UNIDESTE
CAMPUS DE
CASCAVEL

PPGE
Programa de
Pós-Graduação
em Educação



Mestrado
em Educação



UNOCHAPECÓ



PPGEd
Programa de Pós-Graduação
em Educação